

O PAPEL DO CONGRESSO

Antônio Carlos Magalhães

Nos últimos anos o Brasil vem desenvolvendo um esforço notável de recuperação de sua liberdade de ação e de redefinição do tamanho e do formato do Estado, implementando medidas que coloquem o País ao mesmo nível das grandes transformações vividas no panorama internacional e que passam por uma sacudida nos velhos modelos de produção, de administração pública e privada e até mesmo de consumo.

A realidade política do Brasil reflete, em nossos dias, a imperiosa necessidade de reformarmos o sistema econômico de modo a libertarmos o Estado das atividades que assumiu, de início supletivamente, ao longo da segunda metade do século XX, e que acabaram por tornar-se seus grilhões, emperrando-lhe a capacidade de ação.

O Estado brasileiro e suas principais instituições vinham apresentando, há anos, nítidos sinais de esgotamento de seus modos de intervir no processo econômico de produção, nos mecanismos de seu financiamento e na prestação dos serviços inerentes à vida social.

O princípio maior que norteia o programa de reformas que o Brasil adotou e vem realizando implica em modernizar as estruturas do Estado, no exercício pleno da democracia e no respeito extensivo das regras de direito.

O Estado já não mais se substitui à iniciativa empresarial para a produção de bens. Seu papel está constitucionalmente vinculado ao provimento das condições essenciais para o exercício da cidadania plena no âmbito da sociedade, tais como os serviços de saúde, educação, segurança, defesa e planejamento.

O Estado brasileiro não é nem pode ser mais um gigantesco empresário que pretenda tudo fazer, tutelando seus cidadãos como crianças imaturas e dependentes.

A valorização do entendimento político, no Poder Legislativo federal, com o Governo e suas agências, no plano da Federação, com os Estado e seus governantes, trouxe para a cotidiano do brasileiro intensa e vibrante esfera de participação cidadã no processo decisório do País.

Várias iniciativas vêm sendo adotadas para reduzir o tamanho do Estado, destacando-se aí: um ambicioso mas ponderado programa de privatizações, nos níveis de poder (federal, estadual e municipal), principalmente para reformular determinados campos da atividade econômica, como os da energia e das telecomunicações; o enquadramento do sistema previdenciário em padrões realista e a revisão do sistema tributário com crité-

rios equilibrados.

As reformas econômicas realizadas, desde 1995 — a partir de propostas apresentadas pelo Governo Federal — já produzem efeitos e permitem adotar programas concretos de instauração da justiça social, hoje mais factível com a estabilidade da moeda.

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 4,2% em 1995, e 3,1% em 1996. As projeções mais sóbrias estimam em 30% o crescimento global do Brasil no período de 1993 e 1998.

Para tirar o maior proveito possível desse crescimento, resta ainda, contudo, longo caminho a percorrer. As reformas tributária, fiscal, previdenciária, administrativa, eleitoral e partidária, que se encontram na agenda de deliberação do Congresso Nacional, são decisivas para alcançar-se essa meta.

As reformas econômicas realizadas desde 1995 já produzem efeitos e permitem adotar programas concretos de instauração da justiça social.

A reestruturação do Estado emerge gradativamente dessas mudanças, e o Congresso Nacional vem atendendo à demanda da sociedade para que elas se façam sem demora. Isso está claramente demonstrado, por exemplo, no trabalho já realizado em torno das emendas constitucionais, entre as quais destacamos a de nº 5, de 1995, que tornou possível a concessão, a empresas privadas, do serviço de distribuição de gás; a emenda nº 6, que extinguiu o conceito de empresa brasileira de capital nacional; a

de nº 7, que acabou com a exclusividade de embarcações nacionais na navegação interior e costeira; a de nº 8, que permitiu a concessão, a empresas privadas, dos serviços de telecomunicações; e a de nº 9, como as demais, também de 1995, que extinguiu a exclusividade da Petrobrás para pesquisa, lavra, refino, importação, exportação e transporte de petróleo e derivados. Todos esses temas já receberam adiantado tratamento legislativo e encontram-se em plena fase de execução.

A participação do Congresso Nacional nesse processo de mudanças tem sido exemplar, transformando-se até num paradigma para outros países latino-americanos, que nos têm procurado para copiar nossos métodos de trabalho sociais do País. Dessas medidas, 1.447 foram aprovadas e já se encontram em execução, contribuindo para mudar a cara do Brasil e abrir para o nosso país as veredas que vão conduzi-lo, certamente, ao Primeiro Mundo.

■ O senador Antônio Magalhães é presidente do Congresso Nacional